

Pesquisa científica em Contabilidade: caminhos a percorrer

1 Contextualização

A produção do conhecimento científico é ação que denota potencial capacidade de transformação, visto que tal conhecimento pode fomentar melhoria na qualidade de vida e progresso tecnológico a uma sociedade.

De acordo com Degraive (1999, p. 1) “[...] a Ciência vive uma delicada situação entre o ímpeto de buscar o conhecimento, e a expectativa de transformar esse conhecimento em aplicações práticas e úteis [...]”. Entretanto, nem sempre o produto da ciência é desfrutado pelos cidadãos de forma igualitária, e nem sempre ela promove o desenvolvimento e a qualidade de vida de um povo.

Rosso, Bandeira e Costa (2002, p. 236) destacam quão oportuno se torna, em época de crise paradigmática, empreender “esforços voltados a repensar a epistemologia da ciência, as relações entre as ciências sociais e naturais, a metodologia das ciências sociais, os limites e as possibilidades dos meios e dos instrumentos da pesquisa [...]”. A compreensão dos fatos relacionados a um objeto de pesquisa e a maneira de lidar com as anomalias sociais que tem sido objeto de estudo, ratificam a necessidade de novos saberes relacionados à construção do conhecimento científico.

Assim, a tarefa de produzir ciência no contexto da sociedade da informação e do conhecimento é ainda mais desafiadora. Se por um lado há inquestionável responsabilidade social atrelada ao ato da pesquisa, por outro as acirradas mutações no âmbito socioeconômico, político, cultural, tecnológico e científico, impelem a busca por análises e conclusões. Neste processo, o pesquisador pode se utilizar de subsídios que ultrapassam o limite de determinada área de conhecimento, para trazerem respostas aos problemas em estudo ou suscitarem novos questionamentos – vive-se a transdisciplinaridade da pesquisa.

Para Baumgarten, Maciel e Sobral (2012) é preciso atentar-se ao papel e a relevância da informação e do conhecimento científico e tecnológico para as economias e sociedades de distintos países. Para Custódio e Pietrocola (2004, p. 383) “[...] a alfabetização científica permanece um dos objetivos precípuos da educação contemporânea”, dado que a complexidade das relações estabelecidas no mundo globalizado impele a procura por cidadãos capazes de expor suas verdades a partir de uma visão crítica, profunda, justa e imparcial. Cidadãos que contribuam com respostas e questionamentos – pressupostos básicos para firmar o diálogo e decisões consensuais em uma sociedade díspar.

Na dinâmica da pesquisa contemporânea, tem se tornado cada vez mais comum o uso de saberes específicos de áreas de conhecimentos distintas, incluso no âmbito de ciências sociais como a Contabilidade. Assim, o objetivo desse ensaio é trazer à tona discussões acerca do fazer científico da Contabilidade, no momento atual: possibilidades de pesquisa, aspectos da teoria hegemônica e do conhecimento científico, além de uma discussão sobre sua finalidade e seu direcionamento.

2 O fazer científico e a pesquisa contábil

A realização de uma pesquisa implica o uso de pressupostos teóricos e metodológicos que, em distintos domínios do conhecimento, configuram o trabalho investigativo. Pode-se afirmar que tais teorias exprimem a concepção de mundo, para dar forma ao conhecimento

científico acerca de um fenômeno e seus componentes, explicando as relações estabelecidas entre eles.

Kuhn (1970) conceitua paradigma como conhecimentos significativamente aceitos por uma comunidade científica, ou seja, leis, perspectivas e regras organizadas de maneira articulada e lógica, para estruturar o conhecimento acerca do mundo, evidenciando o caráter significativamente social e político da ciência e do conhecimento por ela construído. Contudo, esse autor destaca que os cientistas têm se utilizado de modelos de pesquisa sem conhecimento profundo sobre as características que os deram *status* de paradigmas científicos.

Percebe-se que em alguns estudos científicos o método têm prevalecido em relação a escolha do arcabouço teórico e as estratégias de pesquisa e são, inadequadamente, adotadas como modelos – aqui compreendidos como ações sistemáticas que são reproduzidas. A reprodução infundada no campo das ciências sociais conduz a comportamentos científicos exauríveis e limitados, inerentes ao pensamento clássico das ciências factuais naturais, que desconsideram a questão humana, a incerteza e a subjetividade decorrentes.

A ciência factual social dedica-se a aspectos sociais que conduzem a considerações salutares em relação a fronteiras da ciência. Machado *et al* (2011, p. 3) afirmam que os “[...] pressupostos filosóficos nos quais as Ciências Sociais estão imbricadas não pode se dissociar da ação humana e dos demais eventos que dela decorrem”.

Para Kuhn (1970) os cientistas factuais naturais dedicam-se a articulação de fenômenos que o paradigma já fornece em busca da precisão do conhecimento científico. Características como a verificabilidade, compreensividade e positividade não eram atribuídas às ciências social e, por isto elas não eram entendidas como ciência de fato. No panorama atual, as restrições inerentes ao caos e a imprevisibilidade das ciências naturais corroboram a relatividade dessa questão. De acordo com Rosso, Bandeira e Costa (2002, p. 236) “a análise contemporânea da crise dos paradigmas científicos traz para o centro do debate a questão da certeza e da incerteza”, evidencia-se assim uma mudança brusca na maneira de entender a ciência, produto da pluralidade e da interação entre as condições científicas e sociais.

Ben-David e Sullivan (1975) conceituam a ciência como tradição cultural preservada e transmitida de geração em geração que possui como característica marcante a capacidade de mudar a tradição por meio de descobertas. Para tais autores, embora os critérios e procedimentos científicos não sejam perfeitamente inequívocos ou inteiramente estáveis, eles ainda são muito superiores aos critérios utilizados na avaliação de outros produtos culturais.

A pesquisa possibilita o avanço do conhecimento acerca de uma determinada situação, visto que sem ela a compreensão de mundo torna-se limitada e pouco consciente. Assim, a responsabilidade social do cientista, no ato de compreender, explicar ou prospectar uma realidade por meio da pesquisa se consolida na necessidade de que o mesmo se utilize dos pressupostos – ontológico, epistemológico, axiológico, retórico e metodológico – apropriados e coesos com seus propósitos iniciais e com seu objeto de estudo para não invalidar todo o esforço científico e comprometer a fidedignidade dos seus achados.

De acordo com Lederman (2006) o coerente entendimento do fazer científico é elemento central da alfabetização científica, todavia tal entendimento tem se apresentado de maneira equivocada no imaginário de docentes e discentes de diversos níveis de ensino. Dentre os problemas decorrentes desse equívoco pode-se citar a estagnação científica, a qual

limita a elaboração de novas teorias e, por conseguinte, a fundamentação de um corpo subjacente de pressupostos adicionais de investigação.

Lukka (2010) ressalta que significativa parcela de pesquisadores contábeis não têm consciência de que suas idéias estão ancoradas na utilização de rígidas plataformas teóricas e metodológicas – o “*iron cage*” da produção científica em Contabilidade. A autora discute que o positivismo, apesar de ultrapassado, tem se apresentado como sustentação da maioria das pesquisas contábeis e que os pesquisadores contábeis não foram educados para “pensar fora da caixa” e, por vezes, visualizam as árvores, mas não estão aptos para perceber a floresta.

O comportamento do pesquisador social não deve direcionar sua pesquisa na busca da precisão científica e na valorização de métodos, como ocorre na ciência factual. De acordo com André (2001), já no final do século XIX, cientistas sociais lançaram uma série de críticas e questionamentos em relação aos pressupostos e aos métodos decorrentes do modelo tradicional de pesquisa por considerá-lo insatisfatório para a compreensão dos fenômenos humanos e sociais.

Diversos são os equívocos que podem ocorrer no delinear do processo de um estudo científico. Gamboa (1987) afirma que a construção do conhecimento científico carece da utilização de métodos e técnicas eficazes para o alcance dos objetivos da pesquisa. Esta apropriação precisa estar atrelada às concepções paradigmáticas que consolidam os contextos teóricos e as condições histórico-sociais da sua produção.

Apregoa-se a relevância e o significado da ciência para o desenvolvimento social, bem como para construções teóricas que trazem ou projetam soluções determinantes às demandas sociais, mas a qualidade dos resultados de uma pesquisa decorre, dentre outros elementos, da metodologia aplicada (BORGES; DALBERIO, 2007). A visão desses autores em relação ao processo científico centra-se na questão metodológica. Todavia, o universo ideológico do pesquisador é, a princípio, evidenciado a partir do arcabouço teórico em que se sedimentam suas inquietações científicas e será por meio dele que a questão de pesquisa será delimitada e, por conseguinte, todo o caminho metodológico a percorrer.

Reiter e Williams (2002) destacam que entre 1960 e 1970 houve uma mudança revolucionária na pesquisa contábil em função da inserção da abordagem empírica em detrimento da abordagem normativa. Esses autores apontam resultados de pesquisas que descrevem a influência da contabilidade positiva (tradição empírica) como relevante modo de pesquisa global da contabilidade, a qual prevalece nas metodologias de pesquisa de graduação e doutorado em países ocidentais e de domínio capitalista, incluso o Brasil.

Em investigação realizada nas dissertações de mestrado em Contabilidade do Brasil, Souza (2005) constatou a repetição de paradigmas e constantes concepções de causalidade baseada na busca de relação entre elementos.

Martins (2005, p. 3) sustenta que a Contabilidade se apropriou das técnicas positivistas de tal forma que “[...] o domínio da estatística e da matemática capazes de comprovar ou não hipóteses passou a ser tão importante (às vezes mais, infelizmente) quanto o conhecimento da Contabilidade propriamente dita”. Entretanto, Bruyne et al. (1991), ressaltam que o progresso científico deve se dar não são apenas de maneira progressiva, mas também reflexiva.

Theóphilo e Iudícibus (2005) constataram em estudo de cunho epistemológico que a pesquisa contábil do Brasil é marcada por três fases. Na primeira fase as pesquisas eram predominantemente teóricas com postura normativa – aprofundada e destinada a propor novas

idéias e visões. Na segunda fase o tipo de trabalho mais freqüente foi o teórico-empírico, com postura teórica positiva e investigações superficiais, baseadas nas teorias aceitas pela comunidade científica. Na terceira fase houve a de estudos empíricos e busca de aproximação ao proceder científico.

Slomski (2009) destaca que as décadas de 80 e 90 se caracterizaram por evidenciar caminhos científicos cada vez mais adequados aos propósitos e necessidades das ciências sociais, especificamente das ciências sociais aplicadas como a Contabilidade. Todavia, a autora argumenta a fragilidade das pesquisas em contabilidade no Brasil explorando aspectos que vão desde as limitações teórico-metodológicas à insuficiente preocupação com a sua aplicabilidade, sumarizando a discussão na frase “[...] a ciência contábil precisa, ainda, encontrar o seu caminho” (SLOMSKI, 2009, p. 330).

Em uma investigação mais recente Miranda, Azevedo e Martins (2010) realizam a análise e o acompanhamento da produção da pesquisa em Contabilidade, objetivando o alcance de maior cientificidade e qualidade acadêmica. Tais autores apresentam resultados de estudos assemelhados, a partir da análise de artigos de periódicos e congressos e, em sua maioria, dissertações e teses. Tais autores apregoam que, apesar de fundamentadas, o estudo de diferentes amostras revelou que as pesquisas expressam homogeneidade de conclusões.

A homogeneidade evidenciada nos estudos de Miranda, Azevedo e Martins (2010), permite que os estudos analisados sejam caracterizadas em dois agrupamentos. O primeiro agrupamento contempla os resultados decorrentes de estudos assemelhados publicados até 2002 e refere-se a pesquisas com os mesmos paradigmas, formatos parecidos e com predominância teórica e bibliográfica. Já o segundo, contempla os resultados decorrentes de pesquisas publicadas até 2007, as quais são empírico-analíticas com abordagens e estratégias muito próximas. Assim, a pesquisa desenvolvida por esses autores, em 2010, corrobora a contínua predominância das características relativas ao segundo agrupamento – pesquisas teórico-empíricas, quase-experimentos.

No contexto atual, a sociedade necessita imperativamente de produção científica acadêmica que descreva as implicações da convergência contábil face às peculiaridades culturais, políticas e econômicas de cada nação, considerando as implicações de normas e políticas a partir de uma visão crítica e prospectiva da realidade, não apenas paradigmática. É preciso repensar sobre a maneira como o conhecimento científico tem sido elaborado – suas motivações e ao que ele destina.

Trombeta, Wagenhofer e Wysocki (2012) argumentam que a pesquisa é recurso valioso e fonte, frequentemente, subutilizada. Tais autores apresentam a pesquisa como elemento auxiliar na compreensão dos efeitos de regulamentos e padrões, a ser explorada por formuladores de políticas e elaboradores de normas. Tal visão traz à tona a discussão sobre a aplicabilidade da pesquisa e sua relevância na previsão, análise e conclusão sobre cenários estabelecidos em decorrência dos reflexos sociais, políticos e econômicos da regulamentação.

Segundo Vergara (2001) a cultura, os valores, os interesses e os problemas vivenciados por cada país o tornam único no que diz respeito às expectativas e urgências, ratificando a necessidade de intelectualidade nacionalizada – pesquisadores competentes para lidar com a complexidade contemporânea, críticos e preocupados questões sociais significativas no seu país. Por outro lado, aspectos como a globalização econômica, a liberalização de mercados e a mundialização de símbolos ainda têm tornado, aparentemente, inócuo o debate sobre identidade nacional.

2 A Sociologia e Contabilidade: possibilidades de pesquisa

Segundo Potter (2005) os pesquisadores contábeis têm revelado que as práticas contábeis possuem características universais, por isto, a aplicação das práticas contábeis dentro das organizações tem implicações não apenas para indivíduos e organizações, mas também para a sociedade como um todo.

Ao perceber a contabilidade como prática social e institucional, em vez de apenas uma técnica, fomenta-se a transdisciplinaridade e cria-se oportunidade de uma série de pesquisas nessa área. Potter (2005) afirma que tais pesquisas propiciam questionamentos acerca das condições reais e as consequências associadas ao desenvolvimento e aplicação das práticas contábeis, particularmente, em configurações organizacionais e sociais. Este autor acredita que estudos dessa natureza refletem uma preocupação permanente para a compreensão dos processos e consequências da mudança contábil em contextos específicos.

Todavia, quando o pesquisador se encontra imerso em um paradigma é raro que proponha mudança radical nesse paradigma ou da interpretação da realidade que o circunda. Iudícibus, Martins e Carvalho (2005) afirmam que nem sempre pessoas e organizações se comportam de maneira plenamente racional e, em vez disso, acabam adotando esse ou aquele procedimento por considerá-lo, dentre outros aspectos, mais adequado ou mais legítimo socialmente.

A exploração do paradigma social e institucional da contabilidade permite que temas distintos, associados à visão da contabilidade, sejam identificados – formou-se uma nova literatura contábil que tem explorado diferentes dimensões da contabilidade, principalmente nas últimas duas décadas. Abre-se oportunidade para estudos interpretativos e críticos baseados em casos que procuram compreender os processos através dos quais a mudança da contabilidade pode ocorrer (POTTER, 2005).

O compromisso do pesquisador e a resposta social esperada em função dos seus estudos requerem uma postura imparcial e analítica que lhe permita desvencilhar-se de modismos e apatia, resultantes de práticas repetitivas e incoerentes que em nada contribuem o ato da pesquisa ou o seu progresso. Demo (2007, p. 41) considera que “[...] o modismo é coisa típica de quem, não tendo cabeça própria, vive à sombra dos outros e aprecia ser mero discípulo”.

A pesquisa contábil precisa percorrer campos interdisciplinares para responder a anseios sociais que abrangem outras áreas do saber. Para isto, é necessário estar atento e aberto a possibilidades de pesquisa que se utilize de teorias de áreas do saber não comumente exploradas, a fim de não estar à sombra das necessidades sociais emergentes, tornando-se infértil e sem utilidade.

Como o ambiente e relações das empresas, dos agentes econômicos, e da própria Contabilidade, não são inteiramente racionais, abre-se o pressuposto para que cientistas contábeis se utilizem de conceitos e elementos da Sociologia em seus estudos, abrindo emergentes fronteiras de pesquisa (IUDÍCIBUS, MARTINS e CARVALHO, 2005). Estes autores destacam a existência de um amplo campo de investigação decorrente das visões sociais, e sociológicas para a Contabilidade. Dessa maneira discussões sobre ideologia e hegemonia tomam sentido e sonoridade no âmbito da pesquisa contábil.

2.1 Compreendendo aspectos da teoria hegemônica

Uma teoria é formada por junção de hipóteses ou de argumentos que objetivam a compreensão de fenômenos reais. Nesta perspectiva, uma teoria visa à descrição da realidade (MARTINS e THEOPHILO, 2009). A teoria científica é aquela capaz de produzir prognósticos, predizendo acontecimentos quando as condições precedentes a esses forem satisfeitas. Logo, a hipótese dela decorrente é corroborada ou refutada a partir da confirmação ou não da mesma. (VIEIRA e CALDAS, 2006).

Apesar de originada na social-democracia russa em Lênin, a teoria hegemônica gramscista é a mais organizada e apropriada para pensar as relações sociais, “sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição” (ALVES, 2010, p. 71).

De acordo com Laclau e Mouffe (2004) a teoria da hegemonia se compõe como resposta às mudanças decorrentes da sociedade capitalista, as quais não podiam ser explicadas pela teoria marxista ou que iam de encontro com as suas previsões. Gramsci se destacou nesta tradição como o estudioso que mais focou na centralidade do conceito de hegemonia e desenvolvimento de uma teoria que favoreceu a reflexão sobre políticas nas sociedades avançadas e nas relações sociais.

A atenção de Gramsci se volta à discussão acerca das diferenças estruturais nas formações sociais como fator que explica a dificuldade de conquista do poder em sociedades capitalistas avançadas – a exemplo daquelas situadas no ocidente (COUTINHO, 1999). Para ele quanto mais “evoluída e organizada” a sociedade maior resistência será encontrada para destituir o pensamento predominante estabelecido.

Sobre o pensamento de Gramsci destaca-se que “[...] a noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas” (ALVES, 2010, p. 71). Não se trata de descrédito ou desconsiderar o valor do predominante, mas da necessidade de alertar acerca da busca alienada por métodos, teorias, abordagens, metodologias e pensamentos hegemônicos – a hegemonia não exprime algo irrestritamente apropriado.

Para Laclau e Mouffe (2004) a hegemonia tratada por Antonio Gramsci nos “Cadernos do Cárcere” para teorizar o que já se conhece como *soft power* – poder que mantém a sua autoridade, sem a necessidade de coerção violenta – faz alusão a questão ideológica. Tal ideologia não pode ser imposta por pressupor uma cumplicidade ativa por parte de quem é administrado. Essas condições tornam impossível a ocorrência de revolução, ou pelo menos altamente improvável.

A união de crenças, convicções ou ideias que determinam as ações, ligadas a um grupo particular ou não, consubstancia a hegemonia ideológica de Gramsci. Como as características ideológicas são, frequentemente, invisíveis aos seus adeptos, criando regras ou regimes de inclusão e exclusão, a ideologia é por vezes considerada como a “falsa consciência”. Conforme Portelli (1977, p. 65) “[...] a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil [...]”. Lênin, por sua vez, concebe o estabelecimento da hegemonia por meio da violência da sociedade política para derrubada do Estado.

O autor ainda destaca

[...] em Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política). A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política (PORTELLI, 1977, p. 65).

Anderson (1989) afirma que Antônio Gramsci encontra-se no momento de transição entre a primeira geração do marxismo e o marxismo ocidental. Dessa forma, a teoria hegemônica de Gramsci é uma evolução do pensamento marxista por deixar de tratar a ideologia negativamente como falsa consciência e passar vislumbrá-la como “visão de mundo” que fundamenta as relações sociais. Ademais, o seu conceito de ideologia também elimina a problemática reducionista, uma vez que os elementos ideológicos articulados pela classe hegemônica não estão vinculados a um grupo específico decorrente da estrutura social.

A hegemonia não deve ser compreendida como subordinação ao grupo hegemônico, já que ela pressupõe interesses coletivos sobre os quais será exercida por meio de uma relação de compromisso. Em decorrência deste aspecto, ela não é praticada sobre uma sociedade, mas sobre as classes aliadas dentro desta – a hegemonia jamais será plena e comum a todos os indivíduos uma vez que tal concepção poderia comprometer a sua própria existência em função da inexistência do marginal (GRAMSCI, 1995).

Vieria e Caldas (2006) apresentam a abordagem hegemônica a partir das idéias de Laclau e Mouffe, a qual fora desenvolvida nas últimas décadas, em função do aparato conceitual elaborado e estabelecido por Gramsci, para estudos referentes à relações sociais e políticas nas sociedades contemporâneas – tais autores consideram a hegemonia proposta por Gramsci como um verdadeiro divisor de águas no pensamento marxista.

Laclau e Mouffe (2004) enfatizam a ampliação da recomposição política e à hegemonia a partir da idéia de direção intelectual corroborando com a necessidade de uma liderança intelectual e moral para além da aliança de classes, conforme propõe Gramsci – permite-se, portanto, o abandono de posturas corporativistas que impediam os grupos sociais de se unirem aos interesses de outros grupos.

2.2 A hegemonia e o conhecimento científico

Na formulação gramscista de hegemonia existem duas maneiras de expressá-la: pelo domínio e pela direção intelectual e moral. A primeira se estabelece por função coercitiva e a segunda por meio ideológico, constituindo a função propriamente hegemônica.

O sentido da hegemonia ideológica, comum as sociedades modernas, configura-se no exercício do poder instituído por meio de consenso, das alianças e do convencimento no âmbito cultural em detrimento da violência (GRAMSCI, 1995; KATZ, 2006). Este proceder torna improvável a ocorrência de revoluções que ameacem o poder hegemônico, seja ele político, social ou econômico, dado que ele se dá por consentimento e coesão ideológica.

Cardoso (1978) afirma que a ação de elaborar o conhecimento científico é uma expressão específica da produção ideológica. Nesta perspectiva, os intelectuais têm a função de integrar os conceitos para concepção de uma nova compreensão de mundo e comportamento.

Em Gramsci (1999) a academia é entendida como organização cultural de sistematização, expansão e criação que trabalha para elevar a intelectualidade das camadas

populares e formar elites capazes de modificar o panorama ideológico de uma época com a prática da ciência. demais, capacidade de produzir conhecimentos é um dos aspectos determinantes da distribuição do poder econômico – nações com melhor índice de produção de conhecimentos posicionam como líderes da economia (GOERGEN, 1998).

A sociologia aponta que a sociedade se autoproduz de forma perene da mesma maneira que seus processos e produtos. A ciência, como produção humana, também é recriada de diversas formas na sociedade moderna e é dessa maneira que ela origina o conhecimento científico. Filósofos focam os fundamentos probatórios procedentes da ciência cognitiva e pesquisadores sociais enfatizam as considerações não evidentes, as quais influenciam a ciência, a exemplo dos interesses profissionais e ideológicos (GOLDMAN, 2002; TIAN e WU, 2009).

Apregoa-se que tudo em ciência é discutível e isto não se apresenta como uma fraqueza, mas uma preciosa oportunidade de construção em função das múltiplas abordagens e metodologias e impossibilidade de comportamentos idênticos em função da mesma experiência (RICHARDSON, 1999; MARTINS e THEÓPHILO, 2009).

Para Dalbério (2007), além de esclarecer os fatos imbuídos no contexto da pesquisa, o conhecimento sobre correntes filosóficas que norteiam as pesquisas favorece a qualidade das investigações, propicia maior rigor e cientificidade e na justificação da sua relevância, elucidando as definições de causa na explicação científica.

Precisa-se de produções que criem idéias, sugiram alternativas, procurem conseqüências acerca do uso de procedimentos junto aos investidores, gestores e outros usuários. Kunh (1970) destaca que as revoluções científicas são silenciosas, mas vem acompanhadas de grandes rupturas, ou seja, atitudes extremistas e radicais.

2.3 Pesquisa contábil: para que e para quem?

Arrington e Schweiker (1992) apregoam que a falta de uma definição explícita da pesquisa contábil não sugere negligência, mas a expressão da dificuldade de fazê-lo. Basta analisar que os “métodos e práticas de pesquisa, amplamente adotados em uma época, são execrados nos anos seguintes” (LOPES, IUDÍCIBUS e MARTINS, 2008, p. 5).

Pode-se afirmar que o momento atual da pesquisa em Contabilidade no Brasil evidencia o ciclo de evoluções científicas, marcado por tardia revolução metodológica, e que apresenta sinais de preocupação acerca do método de investigação, bem como com aspectos relacionados ao desenvolvimento de hipóteses norteadas na teoria e validação dos resultados. Além disso, por vezes, os pesquisadores acabam por esquecer-se da essência do estudo – a Contabilidade. Contudo, os rumos científicos perseguidos pela Contabilidade originam-se no comportamento dos pesquisadores e seus incentivos (LOPES, IUDÍCIBUS e MARTINS, 2008).

Parker (2008) afirma que há uma impregnanção de concepções da pesquisa positivista, tipicamente norte-americana, a qual domina a academia da América do Norte, Europa, Ásia, e induz a pesquisa contábil na medição de desempenho que inclui a contagem de tudo. Dessa forma, surge uma promoção de critérios tendenciosos para publicação de pesquisas em favor de periódicos positivistas norte-americanos econômicos que acabam por conduzir as práticas e povoam os pensamentos dos pesquisadores.

Neste contexto, a pesquisa em contabilidade tem atraído cada vez mais discussões acerca de finanças e economia, de maneira dominante em relação a outros temas e metodologias ao longo do tempo. Tal fato é resultado de tendências postas em movimento há décadas com uma decisão explícita de pesquisadores influentes para mover a disciplina a partir de uma perspectiva normativa para uma perspectiva positiva (OLER, OLER E SKOUSEN, 2009).

Ademais, o fato de a pesquisa contábil atual ignorar novas idéias de outras literaturas há um tendencial decréscimo na proporção de citações de outras áreas de conhecimento. Acredita-se que tal tendência tem se tornado cada vez mais insular (OLER, OLER E SKOUSEN, 2009). Essa questão já havia sido comentada no trabalho de Arrington e Schweiker (1992), os quais afirmam que forças dentro de comunidades de pesquisa poderiam restringir possibilidades de inovação e ação, todavia eles destacam que “a pesquisa em contabilidade é uma prática, social pública” (ARRINGTON e SCHWEIKER, 1992, p. 511).

Como prática social pública a pesquisa contábil deve estar aberta a teorias de outras áreas de conhecimento, bem como a metodologias que se apliquem a cada problemática delineada nos seus estudos. Desta forma, o conhecimento poderá fundamentar construções teóricas que dialéticamente poderão consolidar novos questionamentos e/ou respostas para demandas sociais específicas e urgentes.

Para Arrington e Schweiker (1992) a investigação sobre o caráter social da pesquisa em contabilidade poderia fomentar uma variedade de questões interessantes de cunho epistemológico, histórico, políticos, e ético, as quais concentrariam os metodólogos contábeis em dinâmicas de criatividade social e interação discursiva que dariam origem ao conhecimento de contabilidade.

Diz-se que a influência do positivista se espalhou para além da América do Norte e a tornou uma modalidade de pesquisa mundial na contabilidade. Tal fato se ratifica em estudo de Reiter e Williams (2002) que enfatiza a importância das metodologias de pesquisa norte-americanas na pesquisa de doutorado da Austrália, a qual se espalhou quando graduados de Universidades norte-americanas voltaram a ensinar e criar programas de doutorado em países ocidentais de domínio capitalista.

Para Parker (2004) tal pluralidade aponta a possibilidade de múltiplas perspectivas e *insights* que refletem a complexidade do mundo que se busca descompactar, compreender e mudar.

Sabe-se, por exemplo, que as abordagens interpretativistas podem oferecer potencial para tratar diversas questões e problemas pouco ou nada conhecidos. Por outro lado, há muitos pesquisadores contábeis, treinados em métodos e modelos, na busca da resolução de problemas com se fossem triviais ou homogêneos. A pluralidade de teórica e metodológica deveria ser motivo de celebração e caminho para o desenvolvimento científico, consolidadas em novas descobertas.

Para Vieira e Caldas (2006, p. 64)

o espaço dos estudos organizacionais no Brasil nos possibilita a oportunidade de romper com a dependência acadêmica. Permite-nos pensar que só é possível discutir emancipação quando resgatarmos a consciência da nossa posição relativa no mundo, e que dela decorrem outras relações no âmbito interno de nossas organizações. Talvez seja útil o resgate dos conceitos de centro e periferia. Eles nos permitem ações transformadoras, pois não contêm o falso rótulo de neutralidade que esconde, quase sempre, relações perversas de dominação.

Os autores acima citados acreditam que muito da produção científica nacional, relativa às organizações, que busca dissociar-se do funcionalismo são, fundamentalmente, ensaios. E a crítica da ausência de base empírica decorre dessa forma de conduzir o metodológico. Acrescentam que “[...] talvez muito da nossa produção de conhecimento seja descontextualizada, e o sujeito desse conhecimento de fato possa ser colocado em questão”. (VIEIRA e CALDAS 2006, p. 67).

Os aspectos descritos reforçam a necessidade de repensar a pesquisa científica no âmbito da academia, bem como a despeito do papel e da função social dos trabalhos de pesquisa que têm sido realizados. Acredita-se que se uma reflexão acerca dos questionamentos “o que se pesquisa?” e “para que se pesquisa?” pode ser o início de uma discussão frutífera e imperiosa quando se concebe a pesquisa como produto e resposta imprescindível na promoção do desenvolvimento de uma nação.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. R. C. **Apropriações da noção de hegemonia de Gramsci na teoria social contemporânea**. Disponível em:

<http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Ana_Rodrigues_Cavalcanti_Alves.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2012.

_____. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2012.

ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Caderno de Pesquisas**. São Paulo, n. 113, jul., 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2012.

ARRINGTON, C. E., SCHWEIKER, W.. *The rhetoric and rationality of accounting research*. **Accounting, Organizations and Society**. v. 17, n. 6, p. 511–533. 1992.

BAUMGARTEN, M.; MACIEL, M. L.; SOBRAL, F. Ciência, tecnologia e inovação social. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p 1-10, mar. 2012. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/458/333>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BEN-DAVID, J.; SULLIVAN, T. A.. *Sociology of Science*. **Annual Review Of Sociology**, v. 1, p. 203-222, ago. 1975. Disponível em:

<<http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.so.01.080175.001223>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BORGES, M. C.; DALBERIO, O. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Revista Iberoamericana de Educación**, Rioja, n. 5, p.1-10, 25 jul. 2007. Disponível em:< <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2358469>>. Acesso em: 03 ago. 2011.

BRUYNE, P. et al. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

- CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento**: Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- COUTINHO, C. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999
- CUSTÓDIO, José Francisco; PIETROCOLA, Maurício. Princípios nas ciências empíricas e o seu tratamento em livros didáticos. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 10, n. 3, p.383-399, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132004000300006>>. Acesso em: 16 dez. 2012.
- DEGRAVE, Wim. O poder e as responsabilidades do conhecimento científico. In: CARNEIRO, Fernanda (Org.). **A moralidade dos atos científicos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. p. 5. Disponível em: <<http://www.ghente.org/publicacoes/moralidade/poder.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2012.
- DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.
- GAMBOA, S. A. S. **Epistemologia da pesquisa em educação**: estruturas lógicas e tendências metodológicas. 1987. 229 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.
- GOERGEN, P. Ciência, sociedade e universidade. **Educação & Sociedade**: educação social, Campinas, v. 19, n. 63, p.1-13, ago. 1998. Disponível em: <<http://graduacao.iqsc.usp.br/files/Cienciasociedadeeuniversidade.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2011.
- GOLDMAN, A. I. Knowledge and social norms. **Science**, New York, v. 296, n. 5576, p. 2148-2148, 21 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/296/5576/2148.1.full.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2011.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- KATZ, H. Gramsci, hegemony, and global civil society networks. **Voluntas**. n. 17, p. 333-348, 6 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/081125x87u526w79/fulltext.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2011.
- KUHN, T. S.. **The Structure of Scientific Revolutions**. In: KUHN. 2. ed. Londres: Foundations Of The Unity Of Science, 1970. p. 1-210. Disponível em: <<http://insitu.lri.fr/~mbl/Stanford/CS477/papers/Kuhn-SSR-2ndEd.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2012.
- LACLAU, E. MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalición de la democracia**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.
- LEDERMAN, N. G.. *Nature of science: past, present, and future*. In: ABELL, S. K.; LEDERMAN, N. G.. **Handbook of research on science education**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2006. p. 831-880. Disponível em: <http://www.csss-science.org/downloads/NOS_Lederman_2006.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

- LOPES, A. B.; IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.. Sobre a Necessidade de se Estudar Contabilidade e (e não ou) Finanças. **Revista Contabilidade & Finanças**. n. 47, p. 5, mai./ago..2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772008000200001>. Acesso em: 28 abr. 2012
- LUKKA, K. *The Roles and Effects of Paradigms in Accounting Research*. **Management Accounting Research**. v. 21, p. 110-115. jun. 2010.
- MACHADO, Esmael Almeida *et al.* Contorno metodológico da produção científica sobre ensino e pesquisa em contabilidade: um olhar epistemológico. In: ANPCONT, 5., 2011, Vitória. Contabilidade e desempenho no novo ciclo de desenvolvimento. Blumenau: Furb, 2011. p. 1 - 16. Disponível em:
<<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoV/EPC304.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- MARTINS, E.. Normativismo e/ou Positivismo em Contabilidade: Qual o Futuro?. **Revista Contabilidade & Finanças**. n. 39, p. 3, set./dez..2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772005000300001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 abr. 2012.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MIRANDA, G. J. AZEVEDO, R. F. L. MARTINS, G. A. Teses das teses em Contabilidade. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. São Paulo: Fipecafi, 2010. Disponível em:
<<http://www.congressusp.fipecafi.org/artigos102010/28.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2011
- OLER, D. K.; OLER, M. J.; SKOUSEN, C. J. Characterizing Accounting Research. **Accounting Horizons**, n. 4. p. 1- 44. 2009. American Accounting Association. Disponível em:< http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1121956>. Acesso em: 28 abr. 2012.
- PARKER, L. D. ‘Presenting’ the past: perspectives on time for accounting and management history. **Accounting Business and Financial History**. n.1. p. 1-27. 2004. Disponível em:<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0958520042000176902>>. Acesso em: 25 abr. 2012.
- _____. *Interpreting interpretive accounting research*. **Critical Perspectives on Accounting**. n.6. p. 909-914. 2008. Disponível em:
<<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S104523540700069X>>. Acesso em: 25 abr. 2012.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POTTER, B. N.. *Accounting as a Social and Institutional Practice: Perspectives to Enrich our Understanding of Accounting Change*. **Abacus**, v. 41, n. 3, p.265-289, 2005. Disponível em: <<http://yudhiher.blogdetik.com/files/2008/12/accounting-as-a-social-and-institutional.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- REITER, S. A.; WILLIAMS, P. F.. *The structure and progressivity of accounting research: the crisis in the academy revisited*. **Accounting, Organizations and Society**. n. 27, p. 575-607, 2002. Disponível em: <http://cbe.anu.edu.au/visitors/papers/reiter_williams2002.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2011.

ROSSO, Sadi Dal; BANDEIRA, Lourdes; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Pluralidade e Diversidade das Ciências Sociais: uma contribuição para a epistemologia da ciência. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 2, p.231-246, 2002.

SLOMISK, V. G.. A metodologia da pesquisa científica em Contabilidade: limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 11, n. 33, p. 330-332, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/947/94712339001.pdf>>. Acesso em: 13.12.2012.

SOUZA, Ivone Gomes de Assis. **Uma análise das abordagens epistemológicas e metodológicas da pesquisa contábil no Programa de Mestrado Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis**. 2005. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – UnB/UEPB/UFPE/UFRN, Recife, 2005.

TIAN, X.; WU, T. The philosophy of scientific practice in naturalist thought: its approaches and problems. **Frontiers of philosophy in China**, China, v. 4, n. 4, p. 589-603, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/h77w400316666776/fulltext.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

Trombetta, M.; WAGENHOFER, A.; WYSOCKI, P.. *The Usefulness of Academic Research in Understanding the Effects of Accounting Standards*. **Accounting in Europe**, London, v. 9, n. 2, p. 127-146, 02 out. 2012.

VERGARA, S. C. A hegemonia americana nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 63-77, mar./abr., 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/ebape/nova-ebape/comum/arq/RAP_2_2001Vergara.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2011.

VIEIRA, M. M. F; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 1. p. 59-70. jan./mar., 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902006000100006>>. Acesso em: 05 jun. 2012.